

## **CRUZ, Lafayette**

\* dep. fed. RS 1924-1926.

*Lafayette Cruz* exerceu papel de destaque na chamada Revolução de 1923, deflagrada no Rio Grande do Sul. As origens desta revolução remontam às eleições para a presidência do Estado do Rio Grande do Sul, realizadas em novembro de 1922. Vale destacar que, durante a Primeira República, o título do chefe do Executivo estadual podia ser governador ou presidente, dependendo do Estado. O então presidente do Rio Grande do Sul era Antônio Augusto Borges de Medeiros, que já havia governado o estado de 1898 a 1908, tendo posteriormente assumido um novo mandato em 1913, e permanecido no poder até aquele momento. Nas eleições de 1922, Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), candidatou-se pela quinta vez. A Constituição estadual, promulgada em 1891, permitia a reeleição contínua, desde que o candidato obtivesse 75% dos votos. No entanto, Borges de Medeiros, depois de cerca de 20 anos de governo, encontrava-se desgastado frente a significativas correntes de seu partido e à sociedade gaúcha em geral.

Nas urnas, Borges de Medeiros enfrentou o candidato da oposição, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Após muitas denúncias de fraudes e prolongados trabalhos de apuração, a Comissão de Reconhecimento de Poderes – cujo relator era o então deputado estadual Getúlio Vargas – anunciou a eleição de Borges de Medeiros para mais um mandato como presidente do Rio Grande do Sul, que se estenderia de 1923 a 1928.

A oposição não se conformou e partiu para o confronto armado. De forma não organizada, diversas colunas de rebeldes se espalharam pelo Estado. A revolução durou cerca de 10 meses, caracterizada por lutas dispersas pelas campanhas rio-grandenses. O governo federal decidiu intervir: o então presidente da República Artur Bernardes (1922-1926) enviou para o Rio Grande do Sul seu ministro da Guerra, o general Fernando Setembrino de Carvalho, juntamente com uma comitiva de oficiais vinculados aos rebeldes, como o tenente-coronel Lafayette Cruz. Vale lembrar que Borges de Medeiros era um desafeto político do

presidente Artur Bernardes, pois não havia apoiado sua candidatura para a presidência da República.

O fim dos confrontos no Rio Grande do Sul foi selado mediante um acordo entre os lados conflitantes, firmado através da Ata de Pacificação de Pedras Altas, assinada em 14 de dezembro de 1923, no Castelo de Pedras Altas, no município de Pinheiro Machado (RS). Lafayette Cruz foi o secretário desta Ata assinada pelo general Setembrino de Carvalho (representante do governo federal), por Borges de Medeiros (presidente do Rio Grande do Sul) e por Assis Brasil (representante das forças rebeldes). De acordo com as cláusulas da Ata de Pacificação, Borges de Medeiros cumpriria seu mandato até o fim, mas não poderia tentar uma nova reeleição. Além disso, foram proibidas perseguições de qualquer espécie (por parte dos governos estadual ou federal) aos rebeldes gaúchos, que deveriam ser anistiados.

Pouco tempo depois da pacificação no Rio Grande do Sul, nas eleições de 1924, cinco representantes dos rebeldes gaúchos foram eleitos deputados federais, entre eles Lafayette Cruz. Ele assumiu, no dia 1º de julho desse mesmo ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como representante do Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1926, durante a décima segunda legislatura republicana.

Em sua homenagem, foi batizada a “Rua Coronel Lafayette Cruz”, localizada na cidade de Canoas (RS).

*Izabel Pimentel da Silva*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; SILVA, R. *Notas*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*; VIZENTINI, P. *Rio Grande do Sul*.